



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ANA LÚCIA CASTRO DE ARAÚJO

A LINGUAGEM NO CONTEXTO EDUCACIONAL

JOÃO PESSOA - PB
SETEMBRO / 2014

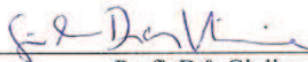
ANA LÚCIA CASTRO DE ARAÚJO

A LINGUAGEM NO CONTEXTO EDUCACIONAL

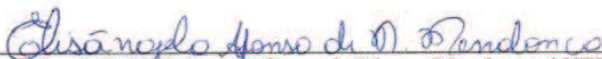
Trabalho apresentado ao CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES da Universidade Estadual da Paraíba de João Pessoa, como requisito obrigatório para a conclusão do curso supra.

Data de aprovação: 22.11.2014


Banca examinadora



Prof.ª. Dr.ª. Giuliana Dias Vieira UEPB
Orientadora



Prof.ª. Dr.ª Elisângela Afonso de Moura Mendonça / UEPB
Examinadora



Prof.ª. Dr.ª Sorata Carvalho de Souza / UEPB
Examinadora

Suplente

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658I Araújo, Ana Lúcia Castro de
A linguagem no contexto educacional [manuscrito] / Ana
Lúcia Castro de Araújo. – 2014.
25 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) – Universidade
Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e
Educação à Distância, 2014.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Giuliana Dias Vieira, Educação”.

1. Comportamento linguístico. 2. Contexto escolar. 3. Variação
linguística. I. Título.

21.ed. CDD 370.1

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o comportamento linguístico no contexto educacional, partindo do pressuposto de que as dificuldades de comunicação em sala de aula são de cunho sociológico e estão intrinsecamente ligadas às ideologias que defendem unicamente a norma culta em detrimento de outras variações linguísticas. Através dos arcabouços teóricos de Soares (2000) e Palomo (2014), adotamos a concepção de linguagem como forma de interação e através dela apresentamos as supostas diferenças entre os comportamentos linguísticos de professores e alunos no contexto escolar, e como essas diferenças podem influenciar no processo de ensino aprendizagem dos alunos. Para tanto, nos atemos às pesquisas bibliográficas e documentais, verificando as concepções teóricas acerca dessas diferenças linguísticas na relação dialógica em sala de aula. A partir de um diagnóstico preciso, comunidades escolares podem utilizá-lo como indicador sobre quais comportamentos poderiam ser alterados visando à melhora dos índices de aprendizagem.

Palavras-chave: Comportamento linguístico, Contexto escolar, Variação linguística.

ABSTRACT

This study aims to investigate the linguistic behavior in the educational context, assuming that communication difficulties in the classroom are sociological and are intrinsically linked to ideologies that defend only the cultural norms at the expense of other linguistic variations. Through the theoretical frameworks of Soares (2000) and Palomo (2014), we adopt the conception of language as a form of interaction and through it we present the alleged differences between the linguistic behaviors of teachers and students in the school context, and how these differences may influence the teaching-learning process of students. To do so, we proceed in the bibliographic and documentary research, verifying the theoretical conceptions of these linguistic differences in dialogic relationship in the classroom. From an accurate diagnosis, school communities can use it as an indicator as to which behaviors could be changed aiming at improved rates of learning.

Keywords: Linguistic behavior, School context, Linguistic variation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. RELAÇÕES SOCIAIS E DIÁLOGO NA ESCOLA.....	7
2.1 Padrão de diálogo na escola.....	7
2.2 Dificuldades.....	8
2.3 Efeitos negativos.....	10
3. DIFERENÇAS NO COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO DE PROFESSORES E ALUNOS.....	12
3.1 Formas de linguagem docente.....	12
3.2 Formas de linguagem discente.....	15
4. A INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	18
4.1 Os benefícios da boa utilização da linguagem.....	18
4.2 Resultados e mudanças desejadas.....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

As indagações de professores sobre as dificuldades de comunicação com os alunos é um fato cada vez mais recorrente nas escolas do nosso país. Alguns enxergam com maus olhos as gírias e o linguajar utilizados pelos estudantes nas escolas, afirmando que está cada vez mais difícil adentrar no mundo deles e ensiná-los a falar “melhor”. A ideologia do padrão ainda está enraizada na mente do mestre e essa inflexão pode ser um fator de risco para o desenvolvimento do aluno.

Segundo Magda Soares (2000), esses problemas referentes às diferenças e embates entre comportamentos linguísticos dentro da comunidade escolar têm como pano de fundo um embate de cunho sociológico. Ao colocar isso em questão, a autora afirma que a relação entre classe dominante e classe dominada ganha forma através do padrão cultural linguístico imposto por aquela a esta nas relações do que e como deve ser ensinado. Dessa forma, a escola não possui uma linguagem dialógica, que leva em consideração a interação e a comunicação em primeiro plano, sendo solidária ao falar do outro. Ao contrário, ela institui um modelo unilateral nas relações comunicativas, fortificando os conceitos de certo e errado, desconsiderando e menosprezando a forma como os alunos se comunicam. Os reflexos dessa situação podem ser percebidos através dos altos índices de reprovação e evasão nas escolas públicas.

Partindo da premissa aristotélica de que o ser humano é um animal político, a princípio devemos ratificar que uma abordagem linguística também deve abarcar fatores políticos, visto que envolve diretamente os seres humanos. Através dessa relação intrínseca entre língua e política, as variedades linguísticas ocupam patamares notadamente diferenciados dentro da nossa sociedade e o impulso de controlar o que é “correto” ou “aceitável” na língua em termos de sotaque e vocabulário promove uma sensação de ordem social nas populações. Assim, o policiamento torna-se uma característica inerente às culturas linguísticas, de extrema importância. Através do policiamento linguístico, um falante pode adequar sua forma de expressão da linguagem a diferentes contextos sociais, sem comprometer e estigmatizar a utilização de outras variações em outros tipos de situações.

Na escola, o professor desempenha um papel de suma importância na construção do conhecimento, assim é necessário que ele propicie um ambiente dialógico durante as aulas, para que alunos sintam-se seguros em omitir suas opiniões, embora numa variação tida como inferiorizada. O discente não deve criticar o discurso do aluno de forma intolerante, uma vez que, qualquer forma de expressão linguística com base na interação é considerada válida, o

que deve ser feito é um esclarecimento acerca das variantes linguísticas adequadas para cada contexto social. O aluno deve entender que existe um comportamento linguístico peculiar para cada situação social e ele deverá moldar o seu diálogo de acordo com as exigências de cada relação, que pode variar entre uma simples reunião informal com amigos e uma conferência internacional, por exemplo. Não há concepções entre “certo” e “errado”, entre “o que pode ser falado” e “o que não pode ser falado”, mas sim uma escolha inadequada da variação linguística, no que se refere à situação social vivenciada, que é o contexto escolar. Na sala de aula, o professor deve incentivar o aluno a manter a padronização linguística naquele ambiente, porém esse incentivo não deve estigmatizar outras variantes da língua. O preconceito linguístico deve ser banido pela comunidade escolar e não estimulado por ela.

Entretanto, o espaço da Linguística, como ciência, na comunidade escolar ainda é mínimo e dentro desse contexto, faz-se necessário investigar como essas relações sociais acontecem dentro da escola e de que forma elas afetam direta e indiretamente o aprendizado dos alunos. A partir de um diagnóstico preciso, comunidades escolares podem utilizá-lo como indicador sobre quais comportamentos poderiam ser alterados visando à melhora dos índices de aprendizagem.

Há uma gama de atitudes a respeito da interferência no comportamento linguístico discente. Enquanto alguns professores são adeptos ao normativismo extremo que equivale ao prescritivismo tradicional, fundado na crença de um português homogêneo, mais precisamente na variante formal da língua, outros aderem à espontaneidade da linguagem, não interferindo no comportamento linguístico do estudante, nem lhe ensinando técnicas narrativas, argumentativas, poéticas, por exemplo, nem corrigindo sua linguagem. Portanto, o que se pretende neste trabalho é investigar como as diferenças de comportamento linguístico entre professor e aluno, podem influenciar no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, e operacionalizar um equilíbrio teórico nas aulas de português, estabelecendo critérios que podem ser utilizados pelo professor na construção de um comportamento linguístico docente eficiente em diversos contextos sociais.

2 RELAÇÕES SOCIAIS E DIÁLOGO NA ESCOLA

Neste capítulo estabelecemos um panorama das relações sociais e dialógicas em sala de aula, dividindo-o em três partes. Na primeira, explicitamos o padrão de diálogo na escola no que se refere ao domínio da norma culta. Em seguida, propomos uma breve discussão sobre as dificuldades adquiridas por professores e alunos em vista do distanciamento linguístico. E por fim, apresentamos os efeitos negativos dessas relações no processo de ensino-aprendizagem.

2.1 Padrão de diálogo na escola

A participação ativa dos alunos nas relações dialógicas em sala de aula é de extrema importância para que a construção do conhecimento torne-se mais fácil e agradável. Porém, há um padrão de diálogo na escola que limita tal participação por parte do aluno, uma vez que o discente não possui total domínio da linguagem culta. A existência de variantes linguísticas é clara, no entanto, os gramáticos tradicionalistas e puristas da língua insistem em desconsiderar tais variedades, utilizando de argumentos de natureza prescritivista de que há uma unidade na Língua Portuguesa que é materializada na norma padrão e/ou culta. Sabemos que as variedades linguísticas têm diferentes valorações no contexto social e devido a isso o controle da língua por parte torna-se uma preocupação e uma característica da cultura linguística, uma vez que há uma sobreposição de um dialeto sobre o outro.

O diálogo na escola, estabelecido pela linguagem padrão de forma rígida e controladora, pode ser considerado como um inibidor da participação do aluno em debates, por exemplo, em sala de aula. A maioria dos alunos, pertencente à rede pública de ensino, proveniente de famílias com situações socioeconômicas inferiorizadas, possuem um baixo nível linguístico em relação à norma culta, uma vez que sua situação social contribui para isso. Sendo assim, estes alunos, democraticamente inseridos na escola, não atuam como participantes ativos e seguros nas atividades escolares, linguisticamente falando, visto que há uma discrepância entre a linguagem utilizada pelo professor e a linguagem utilizada por eles.

E através dessa perspectiva, no contexto escolar, as variedades populares geralmente faladas pelos alunos, se tornam estigmatizados por uma sociedade silenciada pela imposição da gramática normativa. Será uma ditadura linguística? Certamente. Quando se tenta reverter esse preconceito linguístico, como no caso da adoção do livro didático "Por uma vida melhor", da coleção "Viver, aprender" dos autores Aguiar *et al*, esse preconceito ressurgiu

com força. O livro em tela traz reflexões de que não há apenas uma forma de se falar, propiciando a formação de cidadãos cientes da heterogeneidade da língua, através de análises de enunciados como: “Os **livro** ilustrado mais interessante estão emprestado.”. A partir desse enunciado, os autores indagam: “Você acha que essa frase se refere a um livro ou a mais de um livro?” E explicam que o fato de que a presença de “os” (plural) está indicando que se trata de mais de um livro. Eles complementam afirmando que na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. E reescrevem a frase utilizando a norma culta: “Os **livros** ilustrados mais interessantes estão emprestados.”¹

Este livro indicado pelo Ministério de Educação e Cultura, no ano de 2011, representa um avanço no que diz respeito à aplicação dos estudos linguísticos em sala de aula visto que prima por uma educação linguística desprendida de quaisquer tipos de preconceitos linguísticos. Porém, nos meios de comunicação de massa a abordagem deste livro didático tornou-se motivo para o desvelamento das crenças sobre a valoração da variedade linguística popular. Grande parte da população, incluindo professores, já tomou conhecimento dos princípios da Sociolinguística, mas levar essas discussões para a sala de aula ainda é considerado uma heresia.

E assim, o preconceito se alastra por diversos meios como motivo de chacota e discriminação, seja através mídia, das declarações de professores de português, de jornalistas, dentre outros. Através do exemplo apresentado, ratificamos a premissa de que por trás de todo o preconceito linguístico há uma questão social que envolve especialmente alunos de escolas públicas, visto que estes possuem renda socioeconômica inferior àqueles de escolas privadas. A nosso ver, as variedades linguísticas deveriam alcançar um patamar de respeito igualitário visto que todas são instrumentos de comunicação e promovem interação entre os falantes. É claro que, em toda diálogo linguístico há determinadas escolhas em detrimentos de outras, porém, se o objetivo é incentivar a norma culta, que seja, mas outras variedades brasileiras deveriam ser reconhecidas e respeitadas. Dentro desse viés, na subseção a seguir exploraremos as dificuldades resultantes das relações dialógicas em sala de aula.

2.2 Dificuldades

As dificuldades de aprendizagem referem-se a um conjunto de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho escolar. Essas dificuldades podem, em

¹ O referido capítulo do livro está disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/56960829/Capitulo-01-do-livro-POR-UMA-VIDA-MELHOR>

determinado momento da vida escolar do aluno, interferir no domínio de habilidades e rendimento, no que se refere aos aspectos pedagógicos e objetivos traçados para o aluno e/ou turma. Os problemas de comunicação entre professores e alunos na escola são uma realidade concreta no contexto educacional da maioria das instituições públicas de ensino no Brasil. Com a democratização do acesso à escola, as camadas populares puderam frequentar o ambiente educacional e dele participar. Entretanto, essa participação não é estabelecida de forma dialógica, mas de forma passiva. O aluno ainda é encarado como aquele que pouco sabe e o professor, como o detentor do conhecimento. Tendo isso como pressuposto, todas as ações por parte do professor convergem para a uma formação unilateral, como uma transferência de conhecimentos daquele que muito sabe para aquele que nada sabe.

É claro que uma postura assim é mais confortável para o professor, que serve como única referência e detentor do saber. Dessa forma, o aluno, ao se perceber inferior e incapaz de apreender os conteúdos, fica desestimulado e receoso quanto ao aprendizado. O clima didático não é estabelecido e o objetivo da escola não é cumprido.

Uma evidência clara do processo acima descrito pode ser demonstrada através das diferenças entre formas de linguagem praticadas pelos professores e pelos alunos. Os professores, detentores das formas padrões e consideradas cultas dentro da comunidade letrada, costumam desconsiderar as variantes não-padrão que formam os dialetos de grupos de estudantes, e, com isso, enxergá-las como “erradas” e corrigíveis. A perspectiva de diferenças entre situações de contexto formal e informal parece ainda não fazer parte do cotidiano escolar. Desta forma, um ambiente de preconceito pode atrapalhar o processo de ensino aprendizagem, já que os alunos se sentem desmotivados para aprender as modalidades padrão da língua, que serão cobradas dele num contexto de comunicação mais formal.

A própria metodologia que os professores utilizam na sala de aula podem demonstrar o estigma com relação ao dialeto dos alunos. Atividades constantes de correção sem contextualização, por exemplo, revelam o entendimento do mestre de que apenas corrigir é necessário para que o aluno possa dominar a variedade dita como “certa”. O fato do aspecto dialógico de participação do aluno e de seu dialeto não estar presente nem mesmo nas atividades de ensino de língua demonstram que há uma defasagem no sentido de uma compreensão geral do que seja o processo de comunicação. Dessa forma, o educando pode se enxergar perdido e, além de não assimilar a norma culta, ainda sofre com o estigma do seu dialeto. Os índices de evasão escolar e de reprovação são boas fontes para compreender que a realidade do ensino aprendizagem não está sendo efetivada na escola. Mais espantoso é o

resultado das redações dos exames avaliadores da educação de caráter nacional, que escancaram as deficiências apresentadas pelos alunos das escolas públicas em relação aos alunos das escolas privadas. Além de tudo isso, a escola é uma das entidades que mais influenciam na formação da personalidade do cidadão. Agir de forma preconceituosa pode estimular comportamentos preconceituosos e nocivos para o indivíduo que habita uma sociedade tão heterogênea como a nossa, inclusive em aspectos linguísticos.

A atuação do professor em sala de aula pode modificar positivamente ou negativamente a sua relação com os alunos. Um professor que se acha o único detentor do conhecimento e hostiliza a construção do conhecimento discente, estará favorecendo um distanciamento por parte dos alunos em sala de aula. De acordo com Bagno (1999, p. 168):

Ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala sua própria identidade como ser humano. Ensinar para o bem é acrescentar e não suprimir, é elevar e não rebaixar a autoestima do indivíduo. Somente assim, no início de cada ano letivo, este indivíduo poderá comemorar a volta às aulas, em vez de lamentar a volta às aulas.

O discurso é fundamental no contexto educacional e se há falhas de comunicação, seja por questões ideológicas ou meramente linguísticas, o processo de ensino-aprendizagem não é eficiente. É necessário que o professor permita a participação ativa dos alunos nas aulas, dando-os voz e vez, para que eles exponham suas convicções, sem perder a perspectiva de que estes conhecimentos devem ser trabalhados. Para proporcionar um ensino eficiente, o professor deve desenvolver estratégias que facilite a aprendizagem destes alunos. O aluno não pode sentir-se limitado, banido, inferiorizado, muito pelo contrário, ele deve ter consciência de que é uma peça fundamental para a construção do conhecimento. E esta concepção só será formada e refletida no comportamento discente com a ajuda do professor.

2.3 Efeitos negativos

Geralmente, um professor que desenvolve uma postura dialógica rígida e conservadora age como único detentor da verdade e inibe a participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Soares (apud PALOMO, 2002, p.110), existe um pano de fundo social para os problemas relacionados às diferenças de linguagem na sala de aula. A autora afirma que:

[...] o fracasso escolar dos alunos pertencentes às camadas populares, comprovado pelos altos índices de repetência e evasão, mostra que, se vem ocorrendo uma progressiva democratização do *acesso à escola*, não tem igualmente ocorrido a democratização *da escola*. Nossa escola tem-se mostrado incompetente para a educação das camadas populares [...] Grande parte da responsabilidade por essa incompetência deve ser atribuída a problemas de linguagem: o conflito entre a linguagem de uma escola fundamentalmente a serviço das classes privilegiadas, cujos padrões lingüísticos usa e quer ver usados, e a linguagem das camadas populares, que essa escola censura e estigmatiza, é uma das principais causas do fracasso dos alunos pertencentes a essas camadas, na aquisição do saber escolar.

Desta forma, há uma associação do problema com as desigualdades sociais impostas pelo sistema capitalista, que estabelece uma classe dominante e uma classe dominada, sendo a dominante a detentora do poder de estabelecer e legitimar os padrões a serem seguidos pelas classes dominadas. Sendo o acesso do ensino democratizado e a classe dominada tendo a possibilidade de frequentar a escola, as relações de linguagem que se estabelecem são conflitantes, gerando até o que Soares (2000) chamou de “crise da linguagem”, definida como o uso inadequado e deficiente da língua materna, resultante da aceleração do processo de democratização do ensino.

A relação comunicativa está prejudicada atualmente por problemas de linguagem que se materializam em contextos indicados por dos aspectos em especial. O primeiro tem relação com a forma com que a escola conduz a comunicação, de forma ser, por vezes, unilateral e não levar em conta o emissor no processo, dificultando a tarefa de comunicar. O segundo diz respeito à própria diferença entre a linguagem usada pela escola e a utilizada pelos alunos nos seus contextos de interação mais habituais. Palomo (apud GENTILHOMME, 1984) mostram que há cinco principais responsáveis pela instauração da situação didática:

a *finalidade-função* do processo – por que e para que se estuda e se ensina; o *educando*, em relação ao que lhe compete adquirir, deve evoluir de certo estado inicial de não saber para um estado final de saber e de saber fazer. Espera-se uma transformação, no decorrer da qual o aprendiz passa por uma série de estados intermediários; o *professor*, aquele que ensina e assume, em diversos graus, uma dupla função: a) fonte direta ou indireta de informação, e b) cristizador que torna possível e acelera a transformação almejada; as *circunstâncias* em que se desenrola o processo – tempo (duração, distribuição da duração), lugar (locais), meios materiais (quadros-negros, aparelhos de projeção, obras de consulta e até mobiliário); a *matéria dispensada* (conteúdo do curso, disciplinas consideradas...) (PALOMO, 2002, p. 112).

Dessa forma, sabemos que há uma analogia entre esses componentes indispensáveis à didática na sala de aula e os elementos básicos para e os componentes de uma situação de comunicação. A *finalidade-função*, segundo a qual serão elaboradas as

mensagens, pode ser associada à intenção de comunicar algo para alguém. O *educando* faz o papel do receptor ou destinatário, que deve entender a mensagem, procurando destacar um sentido total que esteja o mais próximo possível da intenção do emissor. O *professor* é o emissor, detentor da intenção comunicativa, responsável pela escolha do assunto (referente), de acordo com o qual organizará toda a mensagem, estando atento à compreensão do receptor. “Cumprir acrescentar que pertence a ele a tarefa de propiciar e facilitar a interação necessária entre os interlocutores (professor/alunos; alunos/alunos)” (PALOMO, 2002, 113).

A escola deveria propor um ensino de língua portuguesa inovador e se desprender das amarras da gramática normativa. A didática que se utiliza apenas da linguagem padrão como núcleo central que rege todo o processo de ensino, inibe a desenvoltura do aluno, limitando a sua capacidade de expressão. De acordo com Bagno (1999, p. 133), o ensino tradicional não incentiva o uso das habilidades linguísticas do aluno, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou escrita de acordo com o contexto social em que ele está inserido, pelo contrário, interrompe o fluxo natural da expressão e comunicação com a atitude corretiva, gerando um sentimento de incapacidade incompetência.

Desta forma, a adequação do professor ao contexto comunicativo e o entendimento do manuseio da variação presente na língua como um fator importante e essencial para o estabelecimento de uma comunicação efetiva entre ambos, pode ser de grande ajuda para que ele consiga conduzir melhor o momento de ensino-aprendizagem.

3 DIFERENÇAS NO COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO DE PROFESSORES E ALUNOS

No presente capítulo abordaremos os diferentes níveis de comportamento linguístico entre professores e alunos em sala de aula. A primeira parte se restringirá a apresentação das formas linguísticas utilizadas pelo docente, baseadas nos pressupostos gramaticais normativos. E a segunda parte tratará das formas de linguagem discente, estabelecendo uma análise comparativa e interpretativa de variantes linguísticas distintas, presente em um mesmo processo de ensino-aprendizagem.

3.1 Formas de linguagem docente

É sabido que a variação linguística é um fator não apenas existente, mas também recorrente em sala de aula. Porém, o ensino de língua portuguesa se restringe apenas aos preceitos gramaticais normativos, delimitando o que é certo ou errado. Dessa forma, o trabalho com as diferentes variedades linguísticas, resultantes de status socioeconômicos, grau de escolarização e idade, por exemplo, é descartado do processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Assim, o ensino tradicionalista bane a realidade social e interacional que a língua possui, limitando-a apenas a uma mera representação da escrita. O professor de português, na maioria dos casos, baseando-se apenas e exclusivamente nos pressupostos normativos da língua, utiliza a variedade padrão durante as aulas e critica os alunos que não seguem no mesmo nível de comportamento linguístico.

Grande parte dos professores não sabe como abordar e/ou introduzir as variações linguísticas na aula de língua portuguesa. Outros, moldados pelo sistema tradicional escolar, são obrigados a permanecerem presos às regras gramaticais e concepções normativas. Os poucos professores que tratam do assunto em sala de aula, tratam de forma equivocada, considerando as variações desvalorizadas como sinônimo de “falar errado”. Porém, segundo Bagno (201, p. 147), o que muitos costumam chamar de “erro de português” é, na verdade, apenas desvio da ortografia oficial. O autor defende que “ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna” e afirma que “só se era naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, aprendido por meio de treinamento, prática e memorização” e a língua materna não está incluída nesses saberes.

Foi a partir da década de 1970, através dos estudos de Bakhtin, que a linguagem deixou de ser identificada apenas como um espelho do pensamento ou instrumento de comunicação. Através dessa concepção, o processo de interação verbal passa a ter um papel principal no que diz respeito à análise da linguagem pelos interlocutores. É a concepção interacional bakhtiniana que defende o postulado de que as formas linguísticas são um produto da interação social. Para Bakhtin (1986, p. 127):

A língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos locutores através da enunciação, uma estrutura puramente social, dada pela situação histórica mais imediata em que se encontram os interlocutores.

De acordo com Geraldi (1984, p. 67), a forma como a linguagem é concebida indica a importância que ela possui na interação:

Mais do que ver a linguagem como uma capacidade humana de construir sistemas simbólicos, concebe-se a linguagem como uma atividade constitutiva, cujo lócus de realização é a interação verbal. Nesta relacionam-se um eu e um tu e na relação constroem os próprios instrumentos (a língua) que lhes permitem a intercompreensão.

Diante destas perspectivas linguísticas, é constatado que a forma como o professor concebe a linguagem determina a sua prática de ensino de língua. Por exemplo, para um gramático ou professor que defende que devemos partir da norma para o uso, a presença de gírias ou regionalismos em redações escolares, será vista como “erro”, pois está em desacordo com a gramática normativa, desobedecendo aquilo que está prescrito nos manuais de gramática. Por outro lado, se o professor de Língua Portuguesa/Produção Textual partilhar das ideias dos linguistas, que partem do uso para a norma no ensino de língua, a presença de uma linguagem diferente da norma padrão caracterizaria apenas uma inadequação do ambiente de uso, ou seja, o professor certamente constataria que tal linguagem não poderia pertencer ao gênero textual redação escolar, a qual requer, geralmente, o registro formal da língua. Porém, em outros ambientes de interação, como em conversas entre amigos ou familiares, redes sociais ou bilhetes informais, outras variações da língua poderiam ser utilizadas normalmente.

Acreditamos que, de acordo com a concepção de linguagem vigente, o professor de língua materna deve proporcionar aos alunos a vivência com atividades que priorizem a interação em diferentes esferas de linguagem, aceitando as diversas manifestações linguísticas e orientando, ao invés de criticar negativamente, o espaço que cada uma delas deve ocupar o contexto social.

Diferente da percepção de algumas escolas tradicionais, alunos, pais e professores, as variações linguísticas não degradam a língua. Até porque, segundo Marcuschi (apud Bezerra, 2011, p. 32), a “escrita formal é apenas uma das formas possíveis de representação da língua”.

É óbvio que os alunos trazem gírias e regionalismos, por exemplos, para o ambiente escolar. No entanto, concordamos que essa linguagem não prejudicará a aprendizagem escolar da escrita, desde que a instituição educacional apresente ao aluno diferentes variedades linguísticas, orientando os estudantes sobre as variedades adequadas a cada situação de uso e buscando evitar o preconceito linguístico.

Entendemos que, linguagem falada e linguagem escrita são modalidades de uso da língua, e têm suas próprias características e ambientes adequados para serem utilizadas. Para permitir esta “mutação comunicativa”, como sugere Costa (2007), nossas instituições

educacionais e nossa sociedade precisam estar imunes aos preconceitos linguísticos. Para Bagno (2002, p.57),

O ensino tradicional da língua, no entanto, quer que as pessoas falem sempre do mesmo modo como os grandes escritores escreveram suas obras. A gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral, e quer impor a ferro e fogo a língua literária como única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação linguística que merece ser estudada.

Assim, as variações linguísticas não podem estar à margem da escola. Para se constituir como linguagem de uso na escola, precisa ser aceita e respeitada.

3.2 Formas de linguagem discente

Ao contrário do comportamento linguístico do professor, repleto de policiamentos e restrições, adequado à norma culta e ao contexto de um ambiente formal, o comportamento linguístico do aluno é composto por jargões coloquialistas, gírias e/ou expressões regionalistas.

O estudo da Linguística não é desenvolvido nas aulas de português e a consequência disso é o despreparo linguístico do aluno no que se refere à escolha de variações adequadas a cada contexto social. A forma de falar do aluno não deve ser considerada “errada”, apenas inadequada ao ambiente formal que é uma sala de aula. A partir do momento em que o professor considera o comportamento linguístico discente uma forma errada de expressão da língua, o aluno sente-se silenciado e inseguro no próprio ambiente educativo. O dever do professor é incorporar os estudos da Linguística e reformular as suas concepções de língua para que assim ele possa se desprender dos conceitos do “certo” e “errado”.

A língua se transforma ao decorrer do tempo, portanto não deve ser entendida como algo imutável, visto que ela é um objeto social que se renova e varia constantemente. Dessa forma, como afirma Bagno (2009):

Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia. (BAGNO, 2009, p.82-83)

A variação linguística não representa apenas um modo de falar de determinadas comunidades dialetais, representa também um comportamento particular que é definido pela

forma como cada indivíduo se comporta em determinado contexto ou situação. O professor deve levar para a sala de aula o estudo acerca das variações linguísticas, sobretudo da variação estilística que aborda a adequação de formas de expressão às finalidades específicas, estabelecendo o agir comunicativo e o saber linguístico do aluno. De acordo com Cunha (1975):

Nenhuma língua permanece a mesma em todo o seu domínio e, ainda num só local, apresenta um sem-número de diferenciações. Mas essas variedades de ordem geográfica, de ordem social e até individual, pois cada um procura utilizar o sistema idiomático da forma que melhor lhe exprime o gosto e o pensamento, não prejudicam a unidade superior da língua, nem a consciência que têm os que a falam diversamente de se servirem de um mesmo instrumento de comunicação, de manifestação e de emoção. (CUNHA, 1975, p. 38)

É notável que a Sociolinguística tenha trazido contribuições muito relevantes para o cenário de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, porém ainda não há uma prática eficiente capaz de anular a tradição gramatical que norteia o ensino de língua. Assim, “a escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 14). Como também afirma Posenti (198, p.17) “o objetivo da escola é ensinar o português padrão”.

O ensino de língua ainda é baseado totalmente no que é estabelecido pelas gramáticas normativas, ou seja, pelo ensino da variedade padrão. Os professores precisam estar conscientes de que não é necessário saber gramática para falar e escrever bem, uma vez que a língua não equivale à gramática, ela vai além das normas gramaticais. A norma culta nada mais é do que um tipo de variação linguística, variedade esta que foi escolhida como o dialeto de prestígio e idealizada como a “língua certa”. O professor não deve optar por uma variedade em detrimento de outra, mas sim orientar os alunos de que existem diversas maneiras de dizer a mesma mensagem e que estas maneiras devem se adequar ao contexto social em que forem utilizadas.

A maioria das discriminações na sala de aula ocorre devido à forma de falar do aluno e isso acontece porque muitos professores ainda não assimilaram a imensa diversidade linguística que há em nosso país. Assim, os profissionais tradicionais discriminam seus alunos porque segundo eles, esses alunos não sabem o português. De acordo com Moita Lopes apud Lopes (1982) não existe uma relação de causalidade no que se refere às variedades linguísticas e dificuldades cognitivas entre alunos de classes sociais distintas. Tanto os alunos da classe média, quanto os da classe trabalhadora possuem o mesmo nível cognitivo.

Os professores de língua portuguesa devem apreender os pressupostos da Sociolinguística e promover um ensino/aprendizagem que vise à inclusão e não a exclusão. O professor que absorve as bases teóricas dos estudos sociolinguísticos, certamente estará preparado para tratar dessa questão em sala de aula de forma a conscientizar os alunos acerca desta temática. O professor precisa repensar as suas atitudes linguísticas em relação às formas variantes desprestigiadas socialmente.

No Brasil, ainda existe um grande imperialismo linguístico, que consiste em uma dominação linguística através de medidas econômicas, culturais e políticas por parte de uma sociedade dominante em relação a culturas menos influentes, podendo ocorrer tanto a nível regional, como também nacional. É atribuição do docente, conscientizar o aluno de que a sua expressão linguística não é uma forma “errada” de falar, é apenas uma variedade distinta daquela escolhida como padrão. A escola, como um espaço democrático de inclusão social e disseminação do saber, é responsável pelo banimento de qualquer tipo de preconceito, seja social, racial ou linguístico, promovendo o respeito à coletividade e às particularidades de cada comunidade.

O aluno que possui liberdade para se expressar livremente em sala de aula tem um desenvolvimento linguístico e cognitivo mais eficiente, visto que ele não é banido pelo professor de apresentar opiniões através da sua variação linguística. É necessário que o ensino de língua se desenvolva de forma enriquecedora e que contribua para o desenvolvimento do aluno, ampliando o seu léxico e não impondo ferrenhamente a variedade padrão. O aluno que é repreendido pelo seu comportamento linguístico sente-se incompetente e passa a participar cada vez menos de debates ou atividades que requerem a oralidade. É importante que o professor tenha familiaridade com a variação linguística do aluno para que eles possam se comunicar de forma equivalente, mas o professor não pode deixar de apresentar a norma culta e a sua função perante situações de interação formal. A escola deve ser um espaço reflexivo com o principal objetivo de formar cidadãos desprendidos de preconceitos, permitindo a todos o acesso ao conhecimento socialmente necessário ao exercício da cidadania.

A proposta docente que deve ser seguida deverá abarcar o trabalho com todas as variações linguísticas, apresentando as diferenças dialetais de cada variante e o contexto social que cada uma deve ser utilizada. Dessa forma, a apropriação da norma culta pelos alunos não deve objetivar uma substituição, mas sim um acréscimo linguístico, ou seja, o aprendizado de mais uma forma de expressão. Uma escola transformadora e reflexiva não permite rejeições das variantes utilizadas pelos alunos pertencentes às camadas populares,

uma vez que, este tipo de preconceito não se refere apenas ao aspecto linguístico, mas também social, o que é inaceitável. Segundo Antunes (2002) o professor de Língua Portuguesa deve contribuir significativamente para que o aluno amplie sua competência no uso oral e escrito, mas para isso o discente não deve ignorar e nem interferir no sujeito aprendiz, na sua construção e no conhecimento que tem da língua. É dever da escola, valorizar o comportamento linguístico do aluno, contribuindo para a apreensão de novas habilidades de linguagem.

4 A INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO

A linguagem é o elemento primordial para a tradução do comportamento humano, assim ela assume um papel de suma importância não apenas na escola, no que se refere ao fazer científico, mas também em toda a vida social, na formação do cidadão. É relevante entender que a educação praticada na escola assume um papel fundamental para mostrar aos seus educandos que o ser humano faz parte de uma sociedade através da qual existem diferentes formas de expressão da linguagem. E para que a escola cumpra o seu inegável papel de ensinar a linguagem humana, incentivando comportamentos linguísticos adequados para os diversos contextos sociais, ela deve estar atenta as diferentes variações da língua e preparada para difundi-las entre os seus educandos. Neste último capítulo, trataremos da influência da linguagem no processo de construção do conhecimento escolar, face aos benefícios de uma boa comunicação adequada ao contexto de inserção e aos resultados desejados e/ou obtidos através dessa adequação linguística.

4.1 Os benefícios da boa utilização da linguagem

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio PCNEM (Brasil, 2000) afirmam que a língua é um patrimônio cultural, um bem coletivo. Assim, à medida que nos apropriamos dela, determinamos o uso linguístico nas mais distintas práticas sociais de que participamos no nosso cotidiano. Sabemos que é inegável a existência das variações linguísticas e a indispensabilidade do seu estudo em sala de aula, tomando por base concepções linguísticas interacionais. Não obstante, é de suma importância que o professor

incite um bom uso da linguagem dentre a comunidade discente. Mas o que podemos considerar como uma “boa linguagem”? Ressaltemos que esse termo não ativa a existência de uma “má linguagem”, ele foi utilizado apenas para demonstrar que em determinados contextos sociais há linguagens adequadas e inadequadas. Assim, uma boa linguagem é aquela que atende às necessidades de uma comunicação eficiente entre ambos os interlocutores em uma determinada situação social. Tratamos aqui de ambientes linguísticos formais e informais, ou seja, é indispensável que o professor mostre ao aluno que a linguagem possui diferentes formas de expressão e realização, e que devemos estar atentos para adequá-la corretamente.

Muitas vezes o professor de português se encontra neste dilema: incentivar o aluno a utilizar apenas a linguagem culta ou incitá-lo a falar de acordo com seus próprios preceitos linguísticos, em desacordo com a gramática? É sabido que na escrita, necessariamente devemos exigir que o aluno aplique às normas gramaticais, porém na fala há uma flexibilização linguística que se deve à existência das variações de linguagem. O professor como principal detentor do conhecimento em sala de aula, deve incentivar um comportamento linguístico adequado à situação em que o aluno está inserido, logo em circunstâncias formais, deve-se esperar que o aluno utilize-se da linguagem culta, seja escrevendo ou falando. Assim, a boa linguagem (formal ou informal) é, na verdade, a linguagem adequada a cada contexto interacional.

Cabe ao professor levar à sala de aula a reflexão de que há ambientes formais, o discurso de um orador numa cerimônia de formatura, uma palestra, uma conferência, por exemplo, e informais, como uma conversa entre amigos. A boa utilização da linguagem nada mais é que a sua adequação a cada ambiente comunicativo. Não obstante, além do grau de formalidade, outros fatores interferem na escolha do tipo de linguagem, a saber, o status dos interlocutores, o local, o assunto da conversa, dentre outros. Mas, de todo modo, o princípio geral é sempre o mesmo: o da adequação. O aluno que apreende os pressupostos para um comportamento linguístico eficiente torna-se detentor do saber linguístico e do agir comunicativo, dominando plenamente a sua língua em diversas esferas de comunicação.

O professor pode elaborar propostas em sala de aula que estejam relacionadas aos textos formais, com o objetivo de promover a aquisição pelo estudante das construções e do vocabulário típicos do registro formal e o uso de textos informais com o propósito de sensibilizá-lo para o respeito à linguagem coloquial.

O professor deve tratar os desvios linguístico-formais, chamados de “erros de português”, como casos de inadequação e explicar ao aluno as concepções que norteiam este posicionamento. A principal falha do normativismo tradicional consiste em procurar impor formas linguísticas típicas do registro formal, em detrimento de suas equivalentes informais, tidas como errôneas. O mito de uma língua fixa e sem registros deu lugar ao tabu da interferência, gerando uma mentalidade segundo a qual quem fala em interferir no comportamento linguístico do aluno é visto como adepto daquele mito antigo. Existe, no entanto, uma interferência construtiva em que o professor deve se basear no processo de ensino-aprendizagem das aulas de língua portuguesa. Ainda de acordo com os PCNEM (Brasil, 2000):

No que diz respeito à competência interativa, é preciso cultivar a ideia – tanto em professores quanto em alunos – de que a língua materna é um dos principais operadores da comunicação, nas diversas trocas sociais de que participamos cotidianamente. Seus usuários devem saber dispor dela adequadamente nas diversas situações comunicativas, cabendo à escola um importante papel de mediação na aquisição dessa competência. (BRASIL, 2000)

Assim, através da língua, temos a capacidade de agir, com o objetivo de atingir determinadas intencionalidade e construir sentidos que se estabelecem na própria situação de interlocução. No ambiente educativo de uma sala de aula, o professor deve promover o uso da língua culta, não se esquecendo de manter a simplicidade da comunicação para que todos os alunos o compreendam plenamente. O vocabulário do professor deve ser o mais claro possível para uma boa convivência docente-discente. Na maioria das vezes o sistema escolar obriga o professor a incorporar os pressupostos formais da língua e rejeitar quaisquer outras variedades linguísticas utilizadas pelos alunos. Porém, cabe ao professor entender as diferenças e compreender as inadequações recorrentes em sala de aula, aderindo à proposta de incentivar os usos formal e/ou informal da língua em diferentes ambientes sociais.

Através de um trabalho docente baseado no esclarecimento e no respeito das variedades, a proposta de ensino de língua fundamentada nas concepções linguísticas interacionistas tem como objetivo formar um aluno que não apenas conheça e reconheça as diferentes variações da linguagem, mas que também as utilize em ambientes interacionais adequados ao contexto social. Assim, esse discente usufruirá dos benefícios da boa utilização da linguagem. O bom uso da linguagem nos permite a aceitação nos mais distintos grupos sociais e é fundamental para que possamos protagonizar uma interação eficiente com diferentes interlocutores.

4.2 Resultados e mudanças desejadas

O professor que apresenta uma aula de português voltada para os pressupostos estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e pelas concepções linguísticas vigentes estará preparando o aluno para utilizar eficientemente a linguagem em diversas facetas sociais. O comportamento linguístico discente não mais será marcado pelo silenciamento ou pelo receio em participar de um debate na sala de aula, por exemplo, mas sim pela participação e pela livre expressão linguística, uma vez que o aluno saberá diferenciar os ambientes em que ele poderá utilizar ou não uma determinada variante linguística. E o professor pode aplicar diversas estratégias para se chegar a esse resultado, como por exemplo, absorver a linguagem coloquial do aluno. Se um professor se comunica com os alunos através da linguagem utilizada por eles, haverá uma compreensão mútua e a linguagem estará cumprindo com o seu papel principal, o da interação entre interlocutores.

É inegável a importância de mostrar ao aluno que os interlocutores ocupam determinados papéis durante a interação. O falante e o ouvinte são os atores da comunicação e cada um tem seu papel específico que delimita suas possibilidades de atuação. O ouvinte de uma conferência não se comporta da mesma forma que o participante de uma conversa entre parceiros. A escola não pode deixar de dar essas orientações nem de explorar as expressões próprias de um comportamento linguístico polido se pretende desenvolver a competência comunicativa dos alunos.

Toda atividade pedagógica de ensino do português tem subjacente, de forma explícita ou apenas intuitiva, uma determinada concepção de língua. Nada do que se realiza na sala de aula deixa de estar dependente de um conjunto de princípios teóricos, a partir dos quais os fenômenos linguísticos são percebidos e tudo, conseqüentemente, se decide. Desde a definição dos objetivos, passando pela seleção dos objetos de estudo, até a escolha dos procedimentos mais corriqueiros e específicos, em tudo está presente uma determinada concepção de língua, de suas funções, de seus processos de aquisição, de uso e de aprendizagem. Isso significa que a forma como o professor direciona a sua aula de português, indica a forma como ele concebe a linguagem. O professor deve aderir a uma tendência centrada na língua enquanto atuação social, enquanto atividade e interação verbal de dois ou mais interlocutores, vinculada às circunstâncias concretas e diversificadas de sua atualização.

Baseando-se na perspectiva sociointeracionista de aprendizagem da linguagem, o professor deve incentivar discussões e debates em sala de aula, contribuindo assim com o

processo de construção do conhecimento discente através da prática da oralidade, sem qualquer tipo de preconceito linguístico. A oralidade no ensino de língua favorece a interação coletiva dos educandos e a exposição de opiniões, o que torna o aluno mais seguro ao expressar seus pontos de vista na sua própria variante. Através de uma prática docente voltada para a concepção da linguagem como interação, esperamos que os alunos tornem-se cada vez mais seguros linguisticamente, agindo como cidadãos ativos da vida em sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propostas de trabalho com a oralidade são bem-vindas para que seja desenvolvido um bom comportamento linguístico em sala de aula, adequado a cada contexto conversacional. Porém, no que se refere às atividades em torno da oralidade, ainda podemos constatar uma equivocada visão da fala, como o lugar privilegiado para a violação das regras da gramática. De acordo com essa visão, tudo o que é “erro” na língua acontece na fala e tudo é permitido, pois ela está acima das prescrições gramaticais; não se distinguem, portanto, as situações sociais mais formais de interação que vão, inevitavelmente, condicionar outros padrões de oralidade que não o coloquial. Além disso, notamos uma generalizada falta de oportunidades de se explicitar em sala de aula os padrões gerais da conversação, de se abordar a realização dos gêneros orais da comunicação pública, que pedem registros mais formais, com escolhas lexicais mais especializadas e padrões textuais mais rígidos, além do atendimento a certas convenções sociais exigidas pelas situações do “falar em público”.

Não obstante, o docente deve esclarecer aos alunos que o uso da norma lingüística culta é exigido apenas em circunstâncias formais da atuação verbal, principalmente da atuação verbal pública, e representa, em algumas circunstâncias, uma condição de ascensão e uma marca de prestígio social. Trata-se, como tantas outras, de uma forma de coerção social do grupo, uma norma que dita o comportamento adequado. A conveniência de uso dessa norma de prestígio deriva, portanto, de exigências eminentemente sociais e não de razões propriamente lingüísticas. Uma forma lingüística não é, em si mesma, melhor que outra. É, na verdade, mais, ou menos, adequada, dependendo das situações em que é usada.

É importante ressaltar que a fala não é homogênea. Como se pode facilmente constatar, os textos orais igualmente ocorrem sob a forma de variados tipos e gêneros, dependendo dos contextos mais ou menos formais em que acontecem. Planejar e realizar essas formas de atuação verbal requer competências que o professor precisa ajudar os alunos a desenvolver, para que eles saibam adequar-se às condições de produção e de recepção dos diferentes eventos comunicativos. Tais condições é que nos levam a tomar decisões no decorrer da interação. Nessa perspectiva, saber adequar-se às condições da interação significa ser capaz, por exemplo, de participar cooperativamente, respeitando a vez de falar e de ouvir; de fazer exposições orais sobre temas de interesse do grupo; de argumentar a favor de uma idéia; de dar instruções; de narra experiências vividas; enfim, de ajustar-se à imensa variedade de situações da interação verbal e de saber usar as distintas estratégias argumentativas típicas

dos discursos orais. E reiteremos: além de todos os pressupostos para um bom comportamento linguístico discente apresentados ao longo deste trabalho, cabe lembrar que o professor deve ter um imenso cuidado para rejeitar, com firmeza, qualquer atitude discriminatória, seja de quem for, em relação às falas desprestigiadas.

O professor precisa conquistar uma autonomia didática que permita que ele, mesmo utilizando o material didático tradicional, faça um trabalho crítico, diferenciado e comunicativamente relevante. Isto é, o professor deve superar os limites desse material de apoio ou das ingênuas e preconceituosas observações de estudiosos que defendem teorias infundadas baseadas na gramática tradicional.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: edições Loyola, 1999.
- BRONCKART, Jean-Paul (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo, EDUC.
- FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2004
- GENTILHOMME, Y. *O processo didático*. In: *Acta semiótica et linguística* . v.5. São Paulo: Global, 1984.
- GERALDI, J.W. *Linguagem e ensino: exercício de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1996.
- LIMA, Mônica Paula de (1995). *Propriedade lexical na relação verbo- argumentos: uma contribuição ao ensino de produção de textos*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado.
- MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.
- OSAKABE, H. *Linguagem e educação*. In: MARTINS, M. H. (Org.). *Questões de Linguagem*. São Paulo: Contexto, 1999.
- PALOMO, S. M. S. *Comunicação em sala de aula – um problema de linguagem?* V. 1, 2002. p 109 – 118. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v2/dialogv2_sandrapalomo.pdf. Acesso em 14 de fev de 2014.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 21ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2001. 279p.
- SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- UCHOA, Carlos Eduardo Falcão, (1996). *A comunicação escrita: revendo a sua avaliação pela escola*. *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói, Instituto de Letras da UFF, 12: 24-32, jul-dez.1996.